



-----Mandato 2013/2017 -----

-----Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----

----- Ata Número Cinquenta e Um -----

---Aos dezasseis dias de Maio de dois mil e dezasseis reuniu na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro.-----

---Às doze horas e três minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação de Atas – Ata n.º 48, de 04.04.2016 (Doc. 1)-----
2. Preparação da 107ª reunião da AML, em 17.05.2016 (Doc. 2)-----
3. Lista de matérias e propostas pendentes (Doc. 3)-----
4. Resposta da CML à Recomendação 1/83 (PRES) – Para uma gestão patrimonial sustentada e sustentável (Doc. 4)-----
5. Proposta de Debate Temático ABC – Ações de Baixo para Cima, apresentada pela JF de Alcântara (Doc. 5)-----
6. Outros Assuntos-----

Ponto 1: Aprovação de Atas – Ata n.º 48, de 04.04.2016 (Doc. 1)-----

---A Presidente deu início à apreciação do ponto um da ordem de trabalhos, submetendo o *draft* da ata n.º 48 à consideração e votação da Conferência, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com a presença dos membros da Mesa, dos Senhores Representantes do PSD, PS, PCP, PEV, PNP e da Senhora Deputada Independente.---

Ponto 2: Preparação da 107ª reunião da AML, em 17.05.2016 (Doc. 2) -----

---A Presidente informou que para a Intervenção do Público tinha aumentado o número de inscrições para o máximo de sete inscrições, atendendo ao defendido pelo Senhor Deputados do PCP, e iriam ajustando conforme considerassem necessário.-----

---Avançou, lembrando que a Sessão seria dedicada às Perguntas à Câmara e que em anexo tinham as perguntas que iriam ser colocadas, para além disso tinha agendado um conjunto de propostas de delegação de competências para as juntas e, caso tivessem tempo tinham ainda a proposta 165/CM/2016, sobre a Fábrica Braço de Prata.-----



----O Deputado Vasco Santos solicitou que o nome do partido fosse corrigido, pois já não se designava Movimento Partido da Terra, mas sim MPT- Partido da Terra.-----

Ponto 3: Lista de matérias e propostas pendentes (Doc. 3) -----

---A Presidente deu conta de que as Petições n.ºs 2, 3 e 4 já tinham parecer e por isso iria agenda-las para a sessão da próxima semana.-----

---Sobre a Petição n.º 16/2015 perguntou se algum dos senhores deputados presente fazia parte da 8ª Comissão para informar em que ponto estava a referida petição.-----

---A Deputada Cláudia Madeira informou que durante a presente semana deveriam ter o Parecer pronto.-----

---A Presidente declarou que nesse caso agendaria também a Petição n.º 16/2015 na próxima sessão.-----

---De seguida, informou que já tinha recebido a resposta da Câmara à Recomendação 1/83, pelo que as Propostas n.ºs 107/CM/2016, 113/CM/2016, 123/CM/2016 e 124//CM/2016 deveriam ser agendadas brevemente, no entanto iriam discutir esse assunto no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

--- Lembrou que as Propostas n.ºs 814/CM/2015 e 12/CM/2016 aguardavam o relatório técnico da Câmara.-----

---À cerca da Proposta n.º 131/CM/2016, sobre as despesas de representação dos dirigentes, disse que em sede da 1ª Comissão iriam sugerir que a proposta fosse dividida em duas partes, a primeira parte sobre as despesas referentes ao presente ano poderiam ser agendadas e votadas, a segunda parte sobre os anos anteriores, estava a elaborar o parecer com base no parecer do Departamento Jurídico da Câmara. No entanto esse parecer tinha sido considerado insuficiente por alguns membros da 1ª Comissão pelo que tinha solicitado um parecer externo ao Senhor Professor Freitas do Amaral, assim ficariam com a parte da regularização do passado pendente para apreciação, enquanto aguardavam pelo parecer externo, que deveria estar pronto em Junho.-----

---Avançou, referindo-se à proposta n.º 154/CM/2016 sobre o Regulamento Geral de Estacionamento, e informou que iria perguntar à 8ª Comissão se pretendiam fazer uma discussão pública sobre a matéria.-----

---Finalmente, sobre a proposta n.º 206/CM/2016, referente ao Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos, informou que já tinha baixado à 2ª Comissão, no entanto precisava que a Comissão definisse se pretendiam fazer uma Sessão Pública sobre a matéria e se discutiam a proposta em duas voltas, primeiro na generalidade e depois na especialidade, conforme previsto no Regimento.-----

---O Deputado Carlos Silva Santos declarou que já tinham pensado sobre o assunto e deveriam ver a proposta inicialmente na generalidade e posteriormente na especialidade.--



----O Vereador Duarte Cordeiro perguntou se não iriam fazer audições públicas sobre a matéria, uma vez que tinha conhecimento que alguns agentes tinham a expectativa de serem ouvidos na Assembleia Municipal.-----

----A Presidente explicou que uma vez que a proposta iria ser vista na especialidade, a Comissão iria promover as audições necessárias.-----

----Relativamente a outros temas disse que já tinha a proposta do Debate Temático de Economia, mas não sabia se era a proposta final uma vez que lhe tinha chegado através do Grupo Municipal do PS e não através da 2ª Comissão.-----

----O Deputado Carlos Silva Santos afirmou que era a proposta final e que apenas faltava o formalismo da assinatura.-----

----A Presidente declarou que então iria agendar a proposta de realização do Debate Temático para a Assembleia se pronunciar.-----

----Lembrou que iriam fazer uma alteração ao Regimento, nomeadamente na questão do processamento das senhas de presença, para resolver as situações nas quais eram convocados os Senhores Deputados, cujos partidos não estavam representados nas Comissões, mas que atendendo à importância de determinadas matérias, era necessário que os Partidos que não estavam representados nas Comissões pudessem estar presentes nas reuniões com direito a pagamento de senha de presença-----

----Para além desta alteração, acrescentou que existiam algumas competências da Assembleia que não estavam esplanadas no Regimento que estavam apenas na Lei, e assim também iriam figurar no Regimento, dando como exemplo a competência para aprovar as despesas de representação dos dirigentes, como uma competência que figurava na Lei mas que não estava no Regimento.-----

----Terminou perguntando se concordavam que as alterações ao Regimento fosse uma proposta feita pela Conferência de Representantes.-----

----A Conferência concordou com a sugestão da Senhora Presidente.-----

Ponto 4: Resposta da CML à Recomendação 1/83 – Para uma Gestão Patrimonial sustentada e sustentável (Doc. 4) -----

----A Presidente explicou que a Câmara tinha respondido, com algum atraso, às questões levantadas pela Recomendação 1/83, mas que também tinha ido mais além do que aquilo que a Recomendação solicitava, e distribuiu a documentação que estava discriminada no ofício de resposta.-----

----Relatou que tinham um documento com a Estratégia para uma Gestão Sustentável do Património Imobiliário Municipal, o Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal, Manual de Boas Práticas de Avaliação Imobiliária, o Manual de Procedimentos de Gestão Patrimonial, a Identidade e Perfil Ético da Direção Municipal de Gestão patrimonial e a Listagem em suporte digital do acervo patrimonial imobiliário do



Município de Lisboa à data de março de 2016, chamava atenção que este último documento era dinâmico.-----

----Finalmente, tinham um documento com o cronograma que a Câmara propunha para a discussão destas matérias, assim a Câmara tinha apresentado a presente documentação no dia 11 de maio em sessão de Câmara no qual previa um prazo de quatro semanas para recolher contributos, de seguida seria aprovada em Câmara e posteriormente iria para consulta pública.-----

----Acrescentou que a consulta pública iria decorrer também durante quatro semanas, posteriormente seria novamente aprovado em câmara e finalmente viria a proposta final para aprovação em Assembleia Municipal.-----

----Informou ainda que a Câmara tinha solicitado que a documentação fosse distribuída a todos as forças políticas e dizer que estava disponível para que na fase de recolha de contributos poder recolher os contributos, quer da 1ª Comissão, quer das forças políticas, nomeadamente as que não tinham representação na Câmara, e que deveriam manifestar o interesse em serem ouvidos pelo Senhor Vereador.-----

----Concluiu que, do seu ponto de vista as questões levantadas pela Recomendação 1/83 estavam respondidas e por isso encontrava-se em condições de agendar as propostas de alienações e direitos de superfície que estavam pendentes.-----

----**O Deputado Sérgio Azevedo** declarou que não concordava que as questões tivessem todas sanadas, até porque o regulamento ainda não tinha sido discutido na Assembleia, e enquanto não existisse uma proposta com um consenso alargado a todas as forças políticas, e essa proposta não fosse discutida em Assembleia considerava que não deveriam agendar as propostas sobre esta matéria.-----

----**O Deputado José Leitão** afirmou que na sua opinião estavam reunidas as condições para agendar as propostas sobre a matéria, até porque as propostas estavam pendentes como forma de pressão para a Câmara responder com a maior brevidade às questões levantas pela Recomendação 1/83.-----

----**O Deputado Ricardo Robles** disse que a premissa para não agendar as propostas mantinha-se, pois existia um projeto em discussão pública, a estratégia ainda não tinha sido aprovada e por isso o procedimento da Assembleia deveria manter-se.-----

----**O Deputado José Moreno** declarou que na sua opinião estavam reunidas as condições para as propostas serem agendadas.-----

----**A Deputada Margarida Saavedra** declarou que tinham que ser coerentes, pois se era necessário um Regulamento, não iriam aprovar alienações com base no Regulamento que existia, já que se considerava o mesmo era insuficiente.-----

----**O Deputado Miguel Santos** declarou que deviam ser mais flexíveis, ou seja na sua opinião poderiam agendar as propostas de alienação com base na resposta à



Recomendação n.º 1/83 e que poderiam ver caso a caso, se aparecesse uma proposta mais complicada, adiariam a sua discussão até o processo estar resolvido.-----

----**O Deputado Vasco Santos** disse que tinha a mesma opinião do Senhor Representante do PSD, que enquanto não existisse um Regulamento não havia condições para aprovar alienações.-----

----**A Deputada Ana Gaspar** lembrou que este processo não era um embargo às propostas de alienação, mas sim um processo de aceleração, e desse modo concordava com o Senhor Representante do PAN, podiam agendar as propostas avaliando uma a uma.-----

----**O Vereador Duarte Cordeiro** declarou que era democraticamente atípico a Conferência adiar as propostas sem uma deliberação formal da Assembleia Municipal, uma vez que existia um Regulamento que estava em vigor a Assembleia tinha que o cumprir também, quando o novo Regulamento fosse votado, então nessa altura pronunciar-se-iam sobre o novo Regulamento, até lá tinham um em vigor.-----

----**O Deputado Carlos Silva Santos** declarou que não valorizavam apenas o plano de alienação, mas sim o plano de gestão sustentável, que era mais uma questão política, e essa era praticamente inexistente.-----

----Concluiu que poderiam ver as propostas caso a caso e ir avaliando.-----

----**A Presidente** lembrou que tinha sido ela a apresentar esta Recomendação, e com a concordância da Conferência tinham decidido que não agendavam nenhuma proposta de alienação enquanto a Câmara não respondesse às questões levantadas, acontecia que a Câmara já tinha respondido, e por isso concordava com o PAN, e apelou à sensatez, tinham quatro semanas para analisarem a documentação e para se pronunciarem sobre a mesma.-----

----Terminou, sugerindo que mantivessem a suspensão de agendamento durante as quatro semanas para recolha de contributos, tirando a proposta 107/CM/2016, sobre os terrenos da Amadora, e a proposta 113/CM/2016, sobre os terrenos para um posto de abastecimento, ambas com parecer das Comissões, assim que a proposta de regulamento fosse aprovada em Câmara sentia-se confortável em agendar as restantes propostas e as que podiam entrar.-----

Ponto 5: Proposta de Debate Temático ABC – Ações de Baixo para Cima, apresentada pela JF de Alcântara (Doc. 5) -----

----**A Presidente** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara tinha apresentado uma proposta de realização de Debate Temático, conforme o documento que tinha sido distribuído, com o objetivo de assinalar a Semana NEEF – sobre a situação de milhares de jovens que não se encontram em situação de emprego, de educação ou de formação.-----



----Acrescentou que as Juntas não podiam fazer estas propostas de Debates, no entanto e tendo em conta a temática, sugeriu que a proposta baixasse às 6ª e 7ª Comissões Permanentes para organizarem uma sessão pública sobre a matéria, falavam com a Junta de Freguesia e concertariam uma Sessão Pública com participação do Público, o mais próximo possível da data, mas sem interferir no calendário da Assembleia.-----

Ponto 6: Outros Assuntos-----

----**A Presidente** deu conta de que tinha sido aprovado na Assembleia da República, por proposta do PCP, um projeto de resolução sobre a reorganização hospitalar, o qual pedia a suspensão de encerramento de serviços, o que a tinha lembrado da Colina de Santana, assim tinha entrado em contacto com o Senhor Ministro da Saúde, que lhe tinha acabado de confirmar que estava interessado em discutir esta matéria com o município de Lisboa.-

---Assim iria fazer uma primeira sessão de trabalho com o Senhor Ministro e depois marcaria uma reunião com as Comissões para fazerem um trabalho mais individualizado, e finalmente fazerem uma sessão pública para qual convidariam o Senhor Ministro da Saúde para dar os esclarecimentos necessário.-----

----Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc. 1 – Draft da ata 48ª de 4.4.2016-----

-Doc. 2 – Ordem de Trabalhos da 107ª reunião da AML-----

-Doc. 3 – Lista das matérias e propostas pendentes-----

-Doc. 4 – Ofício OF/439/GVMS/16, de 22.04.2016, entrado na AML a 11.05.2016-----

-Doc. 5 – Proposta da JF de Alcântara sobre Debate Temático Ações de Baixo para Cima-----

----Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas doze horas e cinquenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____